



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 119

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 26 DE OUTUBRO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PP

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PPS	Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR	Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB	Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMR** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 119**SUMÁRIO****Mesa Executiva 02****Presenças 02****Abertura da Sessão****Expediente:**

Mensagem.....

Ofícios.....

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente.....

Discussão / Votação:

2ª Discussão.....

1ª Discussão.....

Encerramento da Sessão Ordinária.....**113ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 113ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
26 DE OUTUBRO DE 2005**

*(quarta-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Nereu Moura e Tadeu Veneri.

Presenças:

Às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira,

Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (43). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Arlete Caramês, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Durval Amaral, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes Litro da Silva, Natálio Stica, Padre Paulo Campos e Ratinho Júnior (09). E em viagem representativa os Srs. Deputados Ademir Bier e Marcos Isfer (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Mensagem****MENSAGEM Nº 055/2005**

Curitiba, 26 de outubro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a criação do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor, previsto no artigo 57 e parágrafo da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e no Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, com aplicação no âmbito do território do Estado do Paraná.

A medida ora proposta consulta aos superiores interesses da administração e da sociedade, tendo em vista a necessidade de recolhimento das multas administrativas impostas aos fornecedores de produtos e serviços, a partir de procedimentos administrativos instaurados pelos órgãos oficiais de defesa do consumidor.

Apesar da existência do Fundo Estadual da Defesa dos Interesses Difusos, criado pela Lei Estadual nº 11.987, de 05 de janeiro de 1998, este não logrou a efetivação desejada pela dificuldade da composição de seu Conselho Gestor, travando a utilização das receitas existentes no aparelhamento dos órgãos vinculados à defesa dos interesses difusos, na promoção de eventos educativos e científicos dentre outras atividades correlatas.

A presente medida tem a finalidade de concentrar os recursos destinados ao financiamento de planos, programas e projetos que objetivem a informação, proteção ou reparação de danos causados ao consumidor, promovendo o aparelhamento e a instrumentalização do Procon, com o propósito de melhor atender à sociedade consumidora em seus serviços, conforme ocorrido com a criação do Fema - Fundo Estadual do Meio Ambiente e o Fec - Fundo Estadual de Curitiba, que fizeram o mesmo em relação aos seus interesses.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica criado, no âmbito de atuação da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - Seju, o Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - Fecon, previsto no artigo 57 e parágrafo único da Lei Federal nº 8078, de 11 de setembro de 1990 e no Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997, com aplicação no âmbito do território do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. São equivalentes para fins desta lei as expressões: Fundo Estadual de Defesa do Consumidor, Fundo do Consumidor e a sigla Fecon.

Art. 2º O Fecon, instrumento de natureza contábil com escrituração própria, tem por finalidade concentrar recursos destinados ao financiamento de planos, programas ou projetos que objetivem a informação, orientação, proteção, defesa e/ou reparação de danos causados ao consumidor.

Art. 3º Constituem recursos do Fecon o produto da arrecadação, quando proveniente de relação de consumo:

I - dos valores destinados ao Estado em virtude da aplicação de multas previstas no artigo 56, inciso I e no artigo 57, parágrafo único da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;

II - das condenações judiciais de que tratam os artigos 11 e 13 da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985;

III - das multas e indenizações decorrentes da aplicação da Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, desde que não destinadas à reparação de danos e interesses individuais;

IV - das condenações judiciais de que trata o parágrafo 2º, do artigo 2º, da Lei Federal nº 7.913, de 07 de dezembro de 1989;

V - de multas provenientes do descumprimento de obrigação assumida em compromisso de ajustamento de conduta, firmado perante órgãos públicos legitimados do Estado;

VI - dos valores de indenizações de que trata o artigo 100, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;

VII - dos rendimentos auferidos com a aplicação dos recursos deste Fundo;

VIII - de outras receitas que vierem a ser destinadas ao Fecon;

IX - de doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

X - de recursos oriundos de convênios firmados com órgãos e entidades de direito público e privado, nacionais ou estrangeiros;

XI - da transferência do Fundo Federal de Defesa de Direitos Difusos e dos Fundos Municipais de Defesa do Consumidor, no Estado do Paraná;

XII - de recursos através de taxas destinadas para este fim; e

XIII - do saldo financeiro de exercícios anteriores.

§ 1º Os recursos a que se refere este artigo, serão depositados em instituição financeira credenciada pelo Estado, em conta específica para tal fim, que será movimentada pelo titular da Seju em conjunto com o dirigente do Procon/PR, na qualidade, respectivamente, de Presidente e Secretário Executivo do Conselho Gestor do Fundo, criado pelo artigo 6º desta lei.

§ 2º É autorizada a aplicação das disponibilidades do Fundo em operações ativas, de modo a preservá-las contra eventual perda do poder aquisitivo da moeda.

Art. 4º Os recursos arrecadados pelo Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - Fecon, após aprovação pelo seu Conselho Gestor, serão aplicados:

I - na defesa dos direitos básicos do consumidor;

II - na programação de eventos educativos e edição de material informativo;

III - na modernização administrativa dos órgãos públicos integrantes do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor, responsáveis pela execução das políticas relativas à área;

IV - na aquisição de material permanente ou de consumo e na estruturação e instrumentalização da Coordenadoria Estadual de Proteção de Defesa do Consumidor - Procon/PR, objetivando a melhoria dos serviços prestados aos consumidores e aos órgãos por ele coordenados; e

V - na reconstituição de bens lesados, desde que tenham sido depositados recursos provenientes de condenações judiciais, a que se refere o artigo 13, da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

§ 1º Os recursos provenientes das condenações de indenizações, a que se refere o artigo 13, da Lei nº 7.347/85, somente poderão ter outra destinação quando da impossibilidade de reconstituição dos bens lesados.

§ 2º A destinação dos valores arrecadados com a aplicação de multa, a que se refere o inciso I do artigo 56 e o *caput* do artigo 57 da Lei Federal nº 8.078/90, dar-se-á conforme o critério abaixo, com fundamento nos arti-

gos 29 e 32 do Decreto Federal nº 2181, de 20 de março de 1997:

I - 100% (cem por cento) para o Fundo Estadual de Defesa do Consumidor, sempre que as multas forem aplicadas pelo Procon/PR, exceto quando existir o Fundo Municipal de Defesa do Consumidor onde ocorrer o fato gerador; ou

II - 100% (cento por cento) ao município onde ocorrer o fato gerador da infração, revertido para o Fundo Municipal de Defesa do Consumidor, constituído por Lei Municipal e gerido pelo respectivo Conselho Gestor.

§ 3º Na hipótese de multa aplicada pelo Procon/PR a uma empresa que estiver sendo acionada em mais de um município do Estado, pelo mesmo fato gerador de prática de infração ao aplicativo da lei, e cujos processos tenham sido remetidos pelos Procons municipais ao Procon estadual, o Conselho Estadual Gestor do Fecon restituirá aos Fundos dos municípios envolvidos o percentual de até 80% (oitenta por cento) do valor arrecadado, nos moldes do que dispõe o Decreto Federal nº 2181/97.

Art. 5º Os valores arrecadados nas condenações judiciais, bem como com a aplicação das multas, de que tratam os artigos 11 e 13 da Lei Federal nº 7347, de 24 de julho de 1985, serão destinados e assegurados com prioridade, aos órgãos oficiais legitimados do Estado que promoveram a ação ou aplicaram a multa.

Art. 6º Fica criado, no âmbito de atuação da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - Seju, o Conselho Gestor do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - Confecon, ao qual compete:

I - zelar pela utilização dos recursos do Fecon, na consecução das metas previstas nas Leis Federais nºs 8078/90 e nº 7347/85, bem como no Decreto Federal nº 2181/97;

II - aprovar e firmar convênios e contratos objetivando atender às finalidades do Fundo do Consumidor;

III - examinar e aprovar planos, programas e projetos, de forma a dar atendimento ao estabelecido no artigo 4º desta lei;

IV - promover atividades e eventos que contribuam para a informação, orientação, proteção, defesa e/ou reparação de danos causados ao consumidor, bem como à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos; e

V - prestar contas aos órgãos competentes, na forma da lei.

Art. 7º A composição do Confecon será estabelecida por ato do Chefe do Poder Executivo Estadual e o seu funcionamento será disciplinado em Regimento Interno a ser aprovado por ato próprio do Confecon.

§ 1º O Confecon será presidido pelo titular da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania e o diri-

gente do Procon/PR integrará o colegiado como seu Secretário Executivo.

§ 2º A participação do Confecon é considerada serviço público relevante, sendo vedada sua remuneração a qualquer título.

Art. 8 Da aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor será realizada a prestação de contas aos órgãos competentes, nos prazos e na forma da legislação pertinente.

Art. 9º Os valores depositados na conta DAC 4012/14784 - do Banco Itaú S/A, de titularidade de Feid, e que foram depositados a título de multas aplicadas pelo Procon/PR, em razão do disposto no artigo 57 da Lei Federal nº 8.078/90, regulamentada pelo Decreto Federal nº 2181/97, ficam transferidas para o Fecon.

Art. 10. O Chefe do Poder Executivo aprovará por Decreto a regulamentação do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - Fecon, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta lei.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.
À Diretoria Legislativa.

Ofício

OF. OPER/153/2005

Senhor Presidente:

Encaminho ofício recebido do Sr. Geraldo Dalcanale, para registro nos Anais da Casa.

Sala das Sessões, em 26.10.2005.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Prezado Deputado:

“A Bolsa Brasileira de Mercadorias cumprimenta o ilustre Deputado pelo resultado da audiência pública realizada em 29.08.2005, que desencadeou a discussão sobre a tributação na cadeia produtiva do feijão culminando com o Decreto nº 5501, assinado pelo Exmo. Governador Roberto Requião, em 10 de outubro de 2005, reduzindo o ICMS do feijão a 1%.

Entendemos que iniciativas como esta fortalecem o agronegócio paranaense e brasileiro, esteio de nossa economia e forte componente da balança comercial.

Nossos produtores colherão já na próxima safra os benefícios desta justa medida incrementando seus investimentos.

Atenciosamente.

(a) GERALDO DALCANALE
BBN CRO PR/SC”

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 43 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 055/2005, de autoria do Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva a criação do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor previsto no artigo 57 e parágrafo da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e no Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, com aplicação no âmbito do território do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Ofício OPER/153/2005, subscrito pelo Sr. Geraldo Dalcanale - Bolsa Brasileira de Mercadorias, constante do expediente, cumprimentando o Deputado Elton Carlos Welter, pelo resultado da Audiência Pública realizada em 29.08.2005, que desencadeou a discussão sobre a Tributação da cadeia produtiva do feijão, culminando com o Decreto nº 5501, reduzindo o ICMS do feijão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 419/2005, de autoria do Tribunal de Contas, dispondo sobre a Lei Orgânica do Estado do Paraná, e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Em votação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Só para constar uma correção do item 01 que consta, autoria do Tribunal de Contas, dispõe sobre a Lei Orgânica do Estado do Paraná. E não é Lei Orgânica do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a correção na 3ª votação.

Fica registrado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela Ordem, Sr. Presidente, só para registrar mais uma vez a minha abstenção.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado, a posição de V. Exa., Deputado Jocelito Canto.

Verificação de Votação a pedido do Deputado Artagão Júnior.

Os Srs. Deputados que votam favoravelmente ao projeto, ressalvado o substitutivo-geral, queriam levantar-se.

Trinta e cinco Srs. Deputados favoráveis; onze contrários e uma abstenção.

Fica registrado o voto contrário do Deputado Artagão Júnior.

Em votação o substitutivo-geral.

Em discussão.

Encerrada a discussão, em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Para Encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

O que me faz subir à tribuna é com relação a esse Projeto de Lei Orgânica do Tribunal de Contas, com o respectivo substitutivo-geral, encaminhado pela nobre Comissão de Constituição e Justiça e justamente destacar que aquele projeto encaminhado pela Corte de Contas, foi elaborado em função da experiência das necessidades, das realidades constatadas no dia-a-dia nas atividades envolvidas pelo Tribunal de Contas e que, inclusive, são realidades e necessidades que todos nós constatamos, quando do nosso trabalho desenvolvido junto aos municípios, como Parlamentares.

O substitutivo nos foi encaminhado cerca de vinte minutos atrás. Naquela oportunidade discutíamos a constitucionalidade do substitutivo e não quisemos debater e nem entrar no mérito da questão. Quando tomamos conhecimento, Sr. Presidente, que este item estava inserido na pauta desta Sessão, antecipada de quinta para quarta-feira, tentamos desenvolver um requerimento para que esse projeto fosse retirado de pauta, em função de que não houvera tempo hábil, que nos desse a condição de analisar o substitutivo-geral sugerido pela nobre Comissão de Constituição e Justiça.

Um projeto dessa natureza que incide sobre a Lei Orgânica de um Tribunal desta importância, que auxilia as avaliações e análise de prestações de contas de todos os municípios e órgãos públicos, merece uma atenção especial de cada um de nós parlamentares.

Seria justo, pertinente e de bom-senso que pudéssemos ter um pouco mais de tempo para avaliarmos esse substitutivo-geral, que foi encaminhado por unanimidade

por aqueles que são membros da Comissão de Constituição e Justiça. Em vinte, vinte e cinco minutos, o tempo em que durou a primeira Sessão hoje realizada, para esta que agora está sendo, não nos permite avaliar as sugestões e mudanças sugeridas pela Comissão de Constituição e Justiça. Se nós não a conhecemos, não a avaliamos, pelo menos aqueles que não fazem parte da Comissão de Constituição e Justiça, como é que podemos aprovar ou reprovar um substitutivo dessa natureza e importância. Evidentemente que fica difícil inclusive nos posicionarmos objetivamente sobre esse Substitutivo.

Votamos favoravelmente ao Projeto de Lei Orgânica encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas, porque aquele houve tempo para estudarmos. No entanto, este Substitutivo não houve o tempo normal para que pudéssemos avaliar.

E além dessas considerações, Sr. Presidente, parece-me que de uma votação a outra - e aí faço um questionamento à Mesa - é necessário o tempo de vinte e quatro horas, se assim proceder o meu entendimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Respondendo à Questão de Ordem de V. Exa., foi aprovado um requerimento na Sessão anterior, solicitando a antecipação da Sessão e a quebra do interstício.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

No requerimento tem a quebra do interstício?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Tem.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Gostaria de ter a cópia do requerimento, por gentileza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estamos encaminhando uma cópia ao nobre Deputado.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Tendo aqui, conforme V. Exa. afirmou, gostaria de sugerir aos nobres Parlamentares que votassem contra o Substitutivo Geral, uma vez que não houve tempo para que pudéssemos acompanhá-lo e avaliá-lo.

Sabemos que foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e respeitamos todos os Parlamentares que fazem parte dessa Comissão. No entanto, a nossa ressalva só acontece em função de não termos tido condições de avaliar, analisar, de poder julgar com mais consciência essas sugestões que foram encaminhadas. E fazemos isso em função de termos trabalhado no Tribunal de Contas, de conhecermos um pouco das tratativas e dos andamentos que ocorrem naquela Corte de Contas e evidentemente que, em função desse conhecimento, de vivenciarmos aquela realidade, entendemos que merece-

ramos o tempo necessário para a devida avaliação desse Substitutivo e dessas sugestões aqui apontadas.

Fica então, a nossa consideração. O requerimento colocado por V. Exa., Presidente, está aqui realmente pedindo a diminuição do interstício e nós então, nos colocamos, contrários a esse Substitutivo, simplesmente pela justificativa de não termos tido tempo de avaliá-lo porque acabou de chegar ao Plenário, não havendo tempo hábil para que qualquer Parlamentar que não tenha feito parte da Comissão de Constituição e Justiça avaliasse devidamente e conscientemente as modificações sugeridas pela Comissão. Se não fosse por isso, poderíamos debater, encaminhar, se assim entendêssemos necessário. Mas, não conhecemos o projeto, assim como a grande maioria dos Parlamentares que aqui estão também não o conhecem. Fica comprometida a votação desse Substitutivo por parte desta Casa de Leis, muito embora acataremos a decisão da maioria dos Pares aqui desta Casa.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o Substitutivo.

Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Iremos proceder à verificação de votação.

Srs. Deputados que aprovam o Substitutivo, queiram levantar-se. Trinta e cinco Srs. Deputados aprovam.

Srs. Deputados que rejeitam o Substitutivo, queiram levantar-se. Um Deputado. E temos a abstenção do nobre Deputado Jocelito Canto.

Está aprovado em 2ª Discussão.

1ª Discussão

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 448/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/2005, que autoriza o Poder Executivo a proceder à reversão, ao município de Jaguapitã, do imóvel com área total de 1.920,00 m. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 077/2005, de 08.08.2005, em Mensagens, pag. 03).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 448/2005

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 448/2005, de autoria do Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo a proceder à reversão, ao município de Jaguapitã, do imóvel com área total de 1920,00 m2.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbices de natureza legal e constitucional.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece condições para a doação e alienação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio do Estado em seu artigo 10, que assim dispõe:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Como se vê, a regra constitucional é de que os bens imóveis de propriedade do Estado não podem ser objeto de doação ou utilização gratuita, podendo ser feita somente em alguns casos e mediante os requisitos estabelecidos no artigo 10, a saber:

- a) autorização legislativa;
- b) que o beneficiário seja pessoa de direito público interno, órgão ou fundação da administração direta e indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, devendo ainda ser declarada de utilidade pública.

O presente projeto atende os requisitos legais exigidos no artigo 10 da Constituição Estadual.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 27.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 448/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 448/2005, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo proceder à reversão, ao município de Jaguapitã, do imóvel com área total de 1920 m².

Esse imóvel anteriormente havia sido doado pelo município de Jaguapitã ao Estado, com a finalidade de que ali se construísse a sede do Destacamento da Polícia Militar do Estado do Paraná. Como o imóvel deixará de ser usado para esse fim, pretende-se por meio do presente projeto de lei utilizá-lo para futura ampliação de órgão educacional e, também, para a construção de equipamentos da Apae local.

O presente projeto de lei já recebeu análise prévia da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável ao mesmo. A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações acompanha o pensamento do legislador sob o enfoque da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa.

A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, considera relevante o mérito do contido no presente projeto de lei.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 25. 10.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

RAFAEL GRECA - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 491/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 036/2005, que autoriza o Poder Executivo a proceder, por intermédio do Instituto Educacional do Paraná - Fundepar, cessão de uso do imóvel ao município de Paranavaí. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/2005, de 23/08/2005, em Mensagens, pág. 03).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 491/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem por fim autorizar o Poder Executivo, por intermédio do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, a efetuar cessão de imóvel ao município de Paranavaí.

Fundamentação

A Constituição Federal determina, em seu artigo 23, VI:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

O projeto tem por fim a cessão de imóvel com objetivos educacionais no município de Paranavaí, podendo ser retomado a qualquer tempo pela Fundepar e com prazo fixado de 5 (cinco) anos.

Com relação ao assunto, a Constituição Estadual determina, em seu artigo 10:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

O projeto está em pleno acordo com tal disposição constitucional, visto que se trata de projeto de lei que cede uso de imóvel ao Estado a uma pessoa jurídica de direito público interno: o município de Paraíso do Norte.

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à técnica legislativa, o projeto está em conformidade com os requisitos da Lei Complementar nº 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Dessa forma, em sede de parecer, opina-se pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 27.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 491/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 491/2005, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo, por intermédio do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar - cessão de uso do imóvel que especifica, ao município de Paranavaí.

O imóvel será destinado à implantação de espaço cultural, que contemplará os alunos dos estabelecimentos de Ensino da Rede Estadual e Municipal de Paranavaí.

O presente projeto de lei já recebeu análise prévia da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável ao mesmo. A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações acompanha o pensamento do legislador sob o enfoque da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa. A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, considera relevante o mérito do contido no presente projeto de lei.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 25.10.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
RAFAEL GRECA - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 492/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 037/2005, que autoriza o Poder Executivo a efetuar reversão, mediante doação, ao município de Astorga, do imóvel que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/2005, de 23.08.2005, em Mensagem, pag. 03).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 492/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem por fim autorizar o Poder Executivo a proceder à reversão do imóvel que

especifica ao município de Astorga. Esse imóvel anteriormente havia sido doado pelo Município ao Estado, a fim de que ali se construísse o prédio onde funcionaria uma Agência de Rendas. Como o imóvel não foi usado para esse fim, pretende-se, através do projeto em análise, que o mesmo retorne ao município a fim de sediar o projeto Bombeiro Comunitário.

Fundamentação

Com relação ao assunto, a Constituição Estadual determina especificamente, em seu artigo 10:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

O projeto está em pleno acordo com tal disposição constitucional, visto que se trata de projeto de lei que reverte a propriedade de imóvel do Estado ao seu proprietário anterior, uma pessoa jurídica de direito público interno: o município de Astorga. Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à técnica legislativa, o projeto está em conformidade com os requisitos da Lei Complementar nº 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Dessa forma, o parecer é pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 27.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 492/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 492/2005, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo proceder à reversão, ao município de Astorga, do imóvel que especifica.

Esse imóvel, anteriormente, havia sido doado pelo município de Astorga ao Estado, com a finalidade de que ali se construísse o prédio onde funcionaria uma Agência de Rendas. Como o imóvel não foi utilizado para esse fim, o presente projeto visa que o mesmo retorne ao município para sediar o projeto denominado Bombeiro Comunitário.

O presente projeto de lei já recebeu análise prévia da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apre-

sentou parecer favorável ao mesmo. A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações acompanha o pensamento do legislador sob o enfoque da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa.

A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, considera relevante o mérito do contido no presente projeto de lei.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 25.10.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

RAFAEL GRECA - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 541/2005, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, autorizando o Poder Executivo a doação do imóvel, pertencente ao Estado do Paraná, ao município de Jandaia do Sul, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 093/2005, de 06.09.2005, em Projetos de Lei, pag. 04).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 541/2005

P A R E C E R :

Do projeto

O Projeto de Lei nº 541/2005, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, visa autorizar o Poder Executivo a efetuar doação do imóvel para fins de construção de Unidade do Corpo de Bombeiros no município de Jandaia do Sul. Em sua justificativa o autor indica a “extrema importância para a comunidade local de uma Unidade do Corpo de Bombeiros...” De outra, assevera que o imóvel objeto do projeto de lei mede 600 m e integra outro maior de 15.490 m. Em expediente de nº 437/2005 o titular do Município requerente informa que: “a referida construção não trará prejuízos à estrutura física do Colégio Estadual edificado na referida quadra, nem como não irá interferir no funcionamento da escola, nem prejudicará futuro projeto de ampliação da mesma, face a grande área remanescente...”.

Do voto

O projeto de lei quanto ao mérito constitucional, encontra fundamento no artigo 10 da Constituição do Estado do Paraná: “Os bens imóveis não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno...”.

O artigo 3º do projeto de lei deverá ainda, na forma da disposição constitucional, receber a seguinte emenda aditiva:

“Art. 3º Cabe anotação de cláusula **de inalienabilidade** e de reversão em caso de não utilização para a finalidade a que se destina a referida doação”.

De outra, porém, no referente à técnica legislativa é necessário equacionar o artigo 4º do Projeto de Lei nº 541/2005 ao disposto no artigo 9º da Lei Complementar

nº 95/98, utilizada ainda como referência nesta Comissão e no Processo Legislativo para dizer:

Artigo 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Observada a referência legal, na forma da adição do artigo 3º e do corretivo ao artigo 4º, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 541/2005.

Sala das Comissões, em 04.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 541/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 541/2005, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Jandaia do Sul, 600 metros quadrados do imóvel localizado na quadra nº 30 (remanescente) com área total de 15.490,75 metros quadrados, registrado no Cartário de Imóveis de Jandaia do Sul, matrícula nº 2.609.

Fica disposto que o imóvel será utilizado exclusivamente para construção de Unidade do Corpo de Bombeiros Municipal, sob pena de reversão.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável à proposição, desde que feitas as alterações sugeridas pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.10.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 554/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 040/2005, que autoriza o Poder Executivo, por intermédio do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, a efetuar cessão de uso ao município de Iguaraçu, dos imóveis que descreve. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 096/2005, de 14.09.2005, em Mensagem, pag. 03).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 554/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem como escopo a autorização para cessão de uso de imóvel a município paranaense.

Constitucionalidade e Legalidade

É legítima a iniciativa por parte da Assembléia Legislativa acerca de tal matéria, de acordo com o que preceitua a Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Tendo em vista que a reversão tem destino município do Estado do Paraná, membro da Administração Pública Interna, portanto, resta clara a constitucionalidade do projeto de lei em tela.

Quanto à técnica legislativa, o projeto em questão está de acordo com Lei Complementar nº 95/98.

Desta forma, em sede de parecer, esta Comissão opina pela aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 04.10.2005.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 554/2005
MENSAGEM Nº 040/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 554/2005, de autoria do Poder Executivo, autoriza, por intermédio do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, a efetuar cessão de uso ao município de Iguaraçu, do imóvel que descreve.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

A proposição é meritória, haja vista que a destinação do imóvel é exclusiva para o funcionamento de serviço público municipal na área de educação.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 554/2005, objeto da Mensagem nº 040/2005.

Sala das Comissões, em 25.10.2005.
(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para dia 31, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 260/2004, 156, 420 e 609/2005.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 016/2003 e do Projeto de Lei Complementar nº 419/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 398, 411, 448, 491, 492, 541, 554/2005 e do Projeto de Lei Complementar nº 442/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 457, 555 e 571/2005.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissões¹

Ecologia e Meio Ambiente

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
15ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de 2005, reuniu-se na sala de Reunião da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a Presidência do Sr. Deputado Francisco Bühner, com as presenças dos Srs. Deputados Renato Gaúcho, Cida Borghetti, Ângelo Vanhoni e Plauto Miró membros da Comissão. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 411/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que tem por objeto estabelecer normas de controle ambiental e regulamenta a operação de postos de combustíveis em área urbana, do território paranaense, Relator Deputado Renato Gaúcho. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 2) Projeto de Lei nº 572/03, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, que tem por objeto criar o Fundo Estadual da Agricultura Ecológica e Soberania Alimentar, Relator Deputado Renato Gaúcho. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 3) Projeto de Lei nº 332/04, de autoria do Deputado Agostinho Zucchi, que tem por objeto tratar da rastreabilidade e certificação de produtos vegetais cuja a produção seja garantidamente diferenciada entre convencional e geneticamente modificada, Relator Deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Srs.

1. Transcritas em conformidade com disquete enviado pela Secretaria da Comissão.

Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Eduardo Freyer de Azevedo, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente
Eduardo F. de Azevedo - Secretário

Finanças

COMISSÃO DE FINANÇAS 15ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e cinco, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14h00, sob a presidência do Sr. Deputado Elio Rusch, mais as presenças dos seguintes Deputados: Ailton Araujo, José Maria Ferreira e César Seleme. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 105/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a reverter ao Patrimônio do Município de Andirá, parte do imóvel objeto de doação, situado no Jardim Horizonte, naquele Município. Relator Deputado ELIO RUSCH. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS 15ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de março de dois mil e cinco, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14h00, sob a presidência do Sr. Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Carlos Simões, César Seleme, Tadeu Veneri, Neivo Beraldin, Nelson Garcia e José Maria Ferreira. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberto os trabalhos, solicitando ao secretário da comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O Sr. Deputado Carlos Simões, solicita a dispensa da leitura, a qual foi deferida. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 50/05, de autoria do Deputado Deputado Natálio Stica, que dispõe sobre alterações à legislação do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, nas operações interestaduais com mercadorias destinadas a empresas de construção civil. Relator Deputado CARLOS SIMÕES. Parecer FAVO-

RÁVEL – APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 189/04, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que proíbe a cobrança de Taxa Bancária para o pagamento de aluguel por parte das Administradoras de imóveis situadas no Estado do Paraná. Relator Deputado CARLOS SIMÕES. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 38/05, de autoria do Deputado Durval Amaral, que institui normas para licitação e contratação de parceria público privada no âmbito estadual. Relator Deputado CESAR SELEME. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 002/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a alínea “C”, do inciso V, do art. 14, da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003. (IPVA). Relator Deputado CESAR SELEME. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 64/04, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que institui o Programa de prevenção e controle do diabetes, através de diagnóstico precoce, nas crianças e adolescentes matriculados na Rede Pública de ensino do Estado do Paraná e dá outras providências. Relator Deputado CESAR SELEME. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 06) Projeto de Lei Complementar nº 062/05, de autoria do Deputado André Vargas, que regulamenta os recursos mínimos para o financiamento da Saúde Pública e define as despesas em ações e serviços públicos de saúde. Relator Deputado CÉSAR SELEME. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 47/05, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que trata do aproveitamento dos Policiais Civis e Militares aposentados. Relator Deputado JOSÉ MARIA FERREIRA. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 27/05, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que dispõe sobre a estadualização do acesso rodoviário PR-170, também conhecido como Rodovia Florindo Picoli, compreendido entre o trevo do Bairro Bela Vista até a sede do Município de Cambira. Relator Deputado NELSON GARCIA. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 09) Indicação nº 048/03, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que sugere a compensação dos valores pagos em forma de pedágio no pagamento do IPVA. (Tem anexo o Projeto de Lei nº 265/03). Relator Deputado TADEU VENERI. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 10) Projeto de Lei nº 333/04, de autoria do Deputado Renato Gaúcho, que institui o programa bolsa esporte, para a realização de projetos esportivos, visando valorizar e beneficiar atletas de alto rendimento, que estejam regularmente matriculados nas instituições de ensino da rede pública e privada do Estado. Relator Deputado TADEU VENERI. Parecer diligências junto ao autor APROVADO. 11) Projeto de Lei nº 164/04, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que concede isenção pagamento da taxa de cédula de identidade para as pessoas com renda mensal de até 02 (dois) salários mínimos. Relator Deputado TADEU VENERI. Parecer diligências junto ao autor APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, a presente Ata, que após lida e

aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

ELIO RUSCH - Presidente

Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

15ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de março de dois mil e cinco, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14:00 horas, sob a presidência do Sr. Deputado César Seleme, mais as presenças dos seguintes Srs. Deputados: Elio Rusch, Ademair Traiano, Tadeu Veneri e Neivo Beraldin. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 01/05, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 40/04, que objetiva instituir o Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná – QPPO, composto pelos atuais ocupantes funcionários civis lotados no Instituto de Criminalística – IC e no Instituto Medido Legal – IML, conforme especifica. Relator Deputado ELIO RUSCH. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

CÉSAR SELEME - Presidente

Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

15ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de março de dois mil e cinco, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Ailton Araujo, José Maria Ferreira, César Seleme e Nelson Garcia. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberto os trabalhos, solicitando ao secretário da comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O Senhor Deputado Nelson Garcia solicita a dispensa da leitura, a qual foi deferida. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 477/04, de autoria do Depu-

tado Hermas Brandão, que objetiva facultar a utilização do limite de importação não esgotados nos critérios da Lei nº 13.971/02. Relator Deputado NELSON GARCIA. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 110/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que objetiva incluir parágrafo único ao art. 3º da Lei Promulgada nº 14.585, de 22 de dezembro de 2004, que integra o texto da Lei nº 14.363, de 28 de abril de 2004, que estabelece critérios para quitação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação nos casos que especifica. Relator Deputado NELSON GARCIA. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

ELIO RUSCH - Presidente

Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

15ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e cinco, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Carlos Simões, Nelson Garcia e Neivo Beraldin. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberto os trabalhos, solicitando ao secretário da comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O Senhor Deputado Carlos Simões solicita a dispensa da leitura, a qual foi deferida. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 600/03, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que institui o Selo Empresa Incentivadora do Primeiro Emprego. Relator Deputado NELSON GARCIA. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

ELIO RUSCH - Presidente

Wilson Penka - Secretário

